

ESTUDOS JAPONESES



40 – Hisamatsu e Nishio, p. 387.

41 – cf. Hisamatsu e Nishio, pp. 387-389.

42 – Hisamatsu e Nishio, p. 393.

43 – cf. Hisamatsu e Nishio, p. 393

44 – Hisamatsu e Nishio, p.411.

45 – Hisamatsu e Nishio, p.410.

46 – Hisamatsu e Nishio, p.394.

47 – Hisamatsu e Nishio, p.397.

48 – Possivelmente nas “transmissões orais”.

49 – Hisamatsu e Nishio, p.398. Esta frase mostra o rigor com que esta arte era encarada pois havia, desde o século XI no Japão, uma tradição em que as corporações artísticas eram moldadas segundo o sistema familiar.

BIBLIOGRAFIA

- AKASHI, Mariko et al., “Fūshikaden”, in *Traditions*, II, 2(junho/1978), pp.7-37.
- AKASHI, Mariko et al., “Fūshikaden (2)”, in *Traditions*, II, 3 (julho/1978), pp. 27-55.
- COMPANHIA DE IESV, *Vocabulário da Língua de Iapam*, Nagasaki, 1603, reprodução fotográfica realizada pela Iwanami, Tóquio, 1960.
- HISAMATSU, Sen-ichi e Nishio, Minoru, *Nihon Koten Bungaku Taikei 65, Karonshū, Nōgakuronshū* (Exposição Sumária da Literatura Clássica Japonesa 65, Teoria da Poesia e do Teatro Nō), Iwanami, Tóquio, 1964.
- HISAMATSU, Sen-ichi et al., *Nihon Bungakushi, Chūsei* (História da Literatura Japonesa, Idade Média), Shibundō, Tóquio, 1977.
- KITAGAWA, Tadahiko, *Zeami*, Chūōronsha, Tóquio, 1972.
- NEARMAN, Mark J. “Zeami’s Kyūi: A Pedagogical guide for Teachers of Acting in *Monumenta Nipponica*, XXXIII, 3 (outono/1978), pp.299-332.
- NISHIO, Minoru, *Chūseitekina Mono to Sono Tenkai* (Coisas Medievais e Seu Desenvolvimento), Iwanami, Tóquio, 1974.
- NISHIO, Minoru, *Zeami no Nōgeiron* (Teoria de Nō de Zeami), Iwanami, Tóquio, 1974.
- NISHISHITA, Kiyōichi, *Nihon Koten Zenshū, Kokin Wakashū* (Coleção Completa da Literatura Clássica Japonesa, Antologia das Poesias Antigas e Modernas), Asahi Shinbunsha, Tóquio, 1967.
- SIEFFERT, René, *Zeami, La Tradition Secrète du Nō Suivi de Une Journée de Nō*, Gallimard, Paris, 1960.

SOBRE A ESTRUTURA DA LÍNGUA JAPONESA

Tae Naito

O Japão tomou conhecimento da lingüística ocidental e com ela, do método histórico-comparativo de línguas existentes ou já desaparecidas, nos fins do século passado e inícios deste, quando então teve lugar a polémica a respeito da origem da língua japonesa, seu parentesco lingüístico e a família lingüística a que pertencia. Vários estudiosos, dentro e fora do Japão, compararam-na a inúmeras línguas até hoje conhecidas e já foi considerada, dentre muitas, da mesma família do esquimó, do birmanês, da língua basca, das australásias, da dos índios mexicanos, de algumas línguas indo-européias como o grego, o persa, o irlandês, apenas para citar algumas.¹

Muitos desses estudos se restringiram a comparações de apenas um dos vários aspectos que compõem todo um sistema lingüístico, acabando por vezes, por confundir parentesco lingüístico com semelhança tipológica. Coincidências de categorias semânticas, principalmente, eram citadas, apresentando exemplos que poderiam muitas vezes ser tomados como simples curiosidade. De qualquer forma, essa pluralidade de línguas com as quais o japonês já foi comparado mostra como é difícil associá-lo a uma outra, constituindo um forte indício do seu relativo isolamento como grupo lingüístico.

Nas últimas décadas, estudos mais rigorosos vêm sendo realizados e hoje são três as teorias mais aceitas sobre o parentesco lingüístico da língua japonesa: a que defende o seu parentesco com a língua nativa das Ilhas Ryūkyū ou Okinawa, complexo de ilhas a sudoeste do arquipélago japonês; outra, com o coreano e uma terceira, com as línguas altaicas.²

Desde há muito, os japoneses acreditavam que a língua de Ryūkyū fosse um dialeto chinês, devido às diferenças com a sua língua, que se verificavam à primeira vista. Estudos comparativos posteriores, porém, atestaram a existência de muitos pontos de semelhança com o japonês – correspondência fonética, regras de acentuação, flexão verbal, uso de partículas pospositivas, sintaxe – levando os lingüistas a considerarem ambas as línguas oriundas de uma mesma

protolíngua. Hoje, entretanto, pelo fato dessas semelhanças serem muito acentuadas e em número bastante elevado, tende-se a considerar a língua de Ryūkyū com um dos dialetos japoneses e não mais, línguas simplesmente aparentadas. De fato, a situação geográfica dessas ilhas, a meio caminho entre o continente australasiático e o arquipélago japonês, facilmente nos leva a crer em contatos bastante freqüentes entre os povos dessas duas regiões durante as ondas culturais, mormente do continente para o arquipélago. Não se pode descartar a hipótese de tais coincidências terem sido resultado de empréstimo de uma língua à outra, podendo levar a interpretações errôneas, pois como afirma Malmberg: "... é difícil, na prática, estabelecer um limite claro entre um e outro tipo de relação lingüística. E quando se trata de línguas (...) que oferecem coincidências manifestamente regulares, ainda que escassas, chega a ser impossível para o pesquisador demonstrar que as coincidências dependem do parentesco original e não de contatos culturais e relações de empréstimo mútuo".³

Por outro lado, a comparação do coreano com o japonês data do século XVIII mas o primeiro estudo realizado com maior rigor científico foi o de Aston, em 1879, que exerceu considerável influência nas pesquisas comparativas posteriores entre as duas línguas. Aston chamou a atenção para a semelhança da sintaxe, notadamente para a ordem obedecida na estrutura frasal: sujeito - complementos - núcleo do predicado. Desenvolvendo os dados apresentados por Aston, Shōzaburo Kanazawa encetou uma análise morfológica a partir da noção de *morfema* de Vendryes, em 1910, e chegou a muitos pontos de semelhança.⁴

Segundo Shirō Hattori,⁵ o japonês teria se separado do tronco coreano há cerca de 5.000 a 6.000 anos, passando a ser usado no Japão e no Sul da Coreia. Essa nova língua é utilizada no arquipélago japonês através do dialeto sulino (do norte das Ilhas Kyūshū), de onde se propaga e se desenvolve para a língua-tronco do japonês atual, no início da nossa era. Estudos sistemáticos de ambas as línguas, enfocando-as como um sistema lingüístico complexo, continuam a ser efetuados e os resultados obtidos conduzem à admissão da existência de elo de parentesco a uni-las, não se podendo deixar de lembrar, por um lado, que a quase totalidade da cultura chinesa transmitida ao Japão se fez via Coreia até o século VI, o que traz o perigo, novamente, de uma confusão entre parentesco e empréstimo lingüísticos.

O primeiro lingüista a apontar o japonês como um dos sub-grupos das línguas altaicas foi H.J. Klaproth, em 1823, quando estas eram ainda consideradas componentes do grande grupo uralo-altaico.⁶ A irregularidade das declinações e das conjugações, comum às línguas indo-européias, facilitou a comparação e a conclusão da existência do elo de parentesco entre elas, uma vez que irregularidades são difíceis de serem transmitidas de uma língua à outra, a não ser que comportem uma mesma estrutura básica nos seus sistemas lingüísticos. Já em relação às altaicas, a questão do parentesco entre as

línguas que compõem a sua família, é ainda hoje uma tese muito discutível, principalmente em virtude da regularidade do seu sistema morfológico e das suas diferenças serem expressas por sufixos ou partículas, elementos esses que, por sua vez, são de fácil empréstimo.

Shōji Fujioka levantou, em 1908, alguns pontos comuns à línguas altaicas entre si e divergentes das indo-européias, e que posteriormente foram retomados por Hattori.⁷ Citaremos alguns desses pontos, estabelecendo o seu paralelo com a língua japonesa.

1 - não ocorrência de grupos consonânticos no início de palavras

As línguas altaicas não possuem termos iniciados por grupos consonantais. Quando importam termos estrangeiros com grupo consonântico inicial, antepõem ou pospõem uma vogal à primeira consoante do grupo, como o turco (Isquelet - de "squelet", fr.), o mongol (bīraman - de "brahmana") e outros.⁸ Em japonês, grupos consonantais não só não aparecem no início da palavra, como é difícil a sua própria ocorrência; sua constituição silábica é CVCV, com exceção da nasal /N/ e do fonema /tsu/. Os termos ou nomes importados, mormente os com grupos consonantais, sofrem uma adaptação ao sistema fonológico japonês, chegando a adquirir formas tão distantes do original que o seu reconhecimento se torna até difícil. Temos, por exemplo: Brasil - /buradziru/, strike (ingl.) - /sutoraikū/, club (ingl.) - /kurabu/, prêt-à-porter (fr.) - /pure-taponute/.

2 - não ocorrência de R inicial

As línguas do grupo altaico sempre antepõem uma vogal ao R inicial de termos estrangeiros ("Rússia" em tártaro é /ur s/, em mongol e em manchú /oros/).⁹

O japonês já incorporou no seu léxico muitos vocábulos que tenham uma inicial R, mas se atentarmos para a sua etimologia, percebemos que são todos de origem estrangeira, com exceção de alguns sufixos como o -RA, de pluralidade.¹⁰ Há inúmeros vocábulos que estão tão arraigados no léxico japonês, principalmente os de origem chinesa, que dificilmente são reconhecidos como termos de empréstimo.

3 - Harmonia vocálica

O sistema fonológico altaico faz uma distinção entre vogais masculinas e femininas, e às vezes neutras, não havendo a co-ocorrência de vogais de tipos

diferentes em uma única palavra. Se um termo tem uma vogal masculina, todas as demais deverão ser também masculinas. O japonês atual não apresenta esse fenômeno, mas estudos fonológicos em obras do século VIII comprovaram a existência dessa distinção em determinadas vogais.

4 – não há gênero nem artigo

Tanto as línguas altaicas como a japonesa não possuem os taxemas¹¹ gênero e determinação.

Desses, o gênero é totalmente ausente na língua japonesa não tendo inclusive substitutivos, no que difere a determinação que, embora não tenha nenhum elemento morfo-sintático específico, pode ser expressa, como defendem alguns lingüistas, por determinadas partículas¹² ou por pronomes, com sua distinção sendo estabelecida no contexto.

De qualquer forma, mesmo para aqueles que não admitem a possibilidade da determinação ser manifesta por partículas ou por pronomes, ela é, em última instância, implícita no contexto.

Via de regra, o japonês se priva também do número. A pluralidade, porém, pode ser expressa em determinados casos, pela repetição do vocábulo (YAMA = montanha, YAMAYAMA = montanhas) ou pela justaposição de sufixos como -RA e -TATI (KODOMO = criança, KODOMORA ou KODOMO-TATI = crianças). No entanto, ambos os processos de marcar a pluralidade de nomes só se verificam com determinadas categorias de termos, constituindo antes, uma forma de composição do que propriamente um taxema. De um modo geral, os nomes são apenas expressão de uma noção; assim, KODOMO por exemplo, contém somente o conceito de “criança”, não marcando se se refere a uma ou várias delas, a esta determinada ou a uma qualquer.

5 – emprego abundante de sufixos, desinências e partículas

Fenômeno comum às línguas altaicas e ao japonês, embora este conheça a prefixação que não se verifica naquelas. No tocante à língua japonesa em particular, as partículas estão presentes em praticamente todas as frases, desempenhando um papel primordial na sua estruturação. São elas que especificam o caso dos termos aos quais se ligam ou o modo, o aspecto, a voz e o tratamento do enunciado.¹³

6 – determinante precede o determinado

As línguas altaicas em geral, bem como o japonês, utilizam o determinado depois do determinante.

Assim: em mongol	mongol	ulas ;	ex	siraa ¹⁴
em japonês	mongoru	koku ;	ookii	tsukue
correspondendo ao português	mongol	país ;	grande	mesa

7 – posposição em vez de preposição

As partículas são todas pospostas ao termo determinado, tanto no altaico como no japonês. Assim, diz-se em japonês:

MATI-NI SUMU (= morar/moro/moramos... na cidade)
onde, MATI = “cidade”;

NI = partícula que indica a função locativo-espacial,¹⁵

SUMU = “morar” (moro, moramos, mora, etc.)¹⁶

A partícula NI é posposta ao determinado MATI, formando juntos o sintagma nominal “na cidade”, de função adverbial locativo-espacial.

8 – freqüência de orações sem sujeito

Apesar dos verbos japoneses¹⁷ não comportarem os taxemas de número e de pessoa, são freqüentes as orações sem sujeito expresso, com “mise-en-scène” do contexto a determinar o sujeito do enunciado, ocorrendo o mesmo nas línguas altaicas.

9 – complementos antecedem o verbo

A estrutura frasal dessas línguas obedece a seqüência de sujeito, complementos e núcleo do predicado. Assim:

a - em turco	:	Kaleminizi		bana		veriniz ¹⁸
em japonês	:	Anata-no	pen'o	watashi-ni		kudasai
corresp.						
ao português	:	sua caneta		a mim		dê
b - em manchu	:	Bi	ere	bithebe	boode	hulaha ¹⁹
em japonês	:	Watashi-wa	kono	hon'o	ie-de	yonda
corresp.						
ao português	:	eu	este	livro	em casa	li

Os verbos altaicos não possuem os taxemas número, pessoa, tempo e modo e não flexionam, mas a eles se aglutinam desinências verbais. Assim, em manchu: ara = escreva; araMBI = escrevo, escreve, etc.; araHA = escrevi, escreveram, etc. Em mongol: gar = saia; garNA = saio, sai, etc.; garSAN = saiu, saí, etc.²⁰

Os predicativos de ação,²¹ do japonês, apresentam uma diferença com os verbos altaicos, conquanto se flexionam. Nessa flexão, temos o radical e o afixo flexional, em que este difere da desinência verbal, uma vez que não especifica, em si, nenhuma taxa. Os predicativos têm cinco a seis formas flexionais, que são as mesmas para qualquer termo flexível. Enumeraremos as formas de 1 a 6, conforme a ordem estabelecida pela gramática tradicional japonesa. Assim, o predicativo HANASU (= falar, conversar) se flexiona:

- Forma 1 – HANA-SA – NAI (NAI = partícula formulativa²² de negação)
- “ 2 – HANA-SHI – DASU (DASU = “começar a”)
- “ 3 – HANA-SU (forma final, ou seja, a forma com que se termina uma oração)
- “ 4 – HANA-SU HITO (HITO = “pessoa”)
- “ 5 – HANA-SE-BA (BA = partícula conetiva)
- “ 6 – HANA-SE-YO (YO = partícula imperativa,²³ hoje muito pouco usada, com tendência a desaparecer)

onde, HANA é o radical e -SA, -SHI, -SU, -SE são os afixos flexionais. Esses afixos ou são regidos pelo termo subsequente (um nome – HITO, um predicativo – DASU, partículas formulativas – NAI e YO, ou partícula conetiva – BA), quando funcionam como um simples elemento de elo entre os termos, ou encerram uma oração como no caso da forma 3. Essas formas correspondem ao português: não falar, começar a falar, falar, pessoa que fala, se falar e fale, respectivamente.

Por todos esses pontos comuns às línguas altaicas e, embora com algumas diferenças, à japonesa, é bastante defendida essa última tese de considerá-las sub-famílias de uma única família lingüística. Infelizmente os documentos escritos mais antigos dessas línguas, datam quando muito, de 1200 anos (Japão e Turquia) até 700 anos (Mongólia), em contraposição às indo-européias, que têm documentos de até 3000 anos atrás, como no caso do sânscrito.²⁴ É um fator que dificulta bastante as buscas de uma protolíngua comum, e que, por outro lado, põe em perigo uma conclusão precipitada, tanto mais que não foram encontrados muitos vocábulos com semelhança fônica e lexical entre o japonês e o altaico. O que se pode afirmar, no entretanto, é que mesmo considerando-as pertencentes à mesma família, o japonês de hoje se encontraria num estágio bem afastado da sua suposta protolíngua.

Vistas as características, as mais genéricas da língua japonesa, por sua comparação com as línguas da família altaica, gostaríamos de analisar mais de perto a sua estrutura, sobretudo do ponto de vista morfo-sintático.

Morfologicamente os termos podem ser lexêmicos, lexi-gramêmicos e gramêmicos:

- 1 - LEXÊMICOS: são os termos que se referem diretamente à realidade extra-lingüística e que, isoladamente, não têm outra função senão serem a expressão de um conceito, de uma idéia. São invariáveis e correspondem aos nomes no seu sentido mais amplo.
- 2 - LEXI-GRAMÊMICOS: são os que, ao mesmo tempo em que são expressão de uma realidade extra-lingüística, têm autonomia sintática, desempenhando de per si uma função sintagmática ou concatenando todo o enunciado. Podem ser:
 - a - flexíveis: são os predicativos,²⁵ que têm a parte lexêmica limitada à expressão de qualidade ou ação, conquanto a gramêmica pode ser múltipla, conforme a flexão determinada pela posição que ocupar na cadeia sintagmática;
 - b - inflexíveis: ao contrário dos anteriores, podem expressar realidades várias mas sua função se limita a três (adjetiva, adverbial e conetiva), correspondendo, grosso modo, aos pronomes adjetivos, advérbios e conjunções do português.
- 3 - GRAMÊMICOS: são os termos com componentes apenas intra-lingüísticos, sem existência autônoma, estando sempre subordinados a termos ou lexêmicos ou lexi-gramêmicos, relacionando-os, ou perfazendo enunciados. Constituem as partículas da língua japonesa e podem ser:
 - a - flexíveis: como foi visto anteriormente, a predicação é dada no fim da oração²⁶ e nela termina o dictum da frase japonesa. Após a predicação, são justapostas essas partículas flexíveis, que expressam o ponto de vista do emissor em relação ao seu enunciado. São as partículas que formulam a manifestação subjetiva do enunciador, como o modo, a voz, o aspecto e o tratamento, donde a denominação de *partículas formulativas*. Essas partículas obedecem a uma seqüência na cadeia sintagmática, sendo que têm uma força predicativa maior e são mais flexionais quanto mais próximas da predicação estiverem, tomando-se mais formulativas e menos flexionais à medida em que dela se afastam. Podem ser classificadas em três grupos: 1º) partículas que constituem parte da predicação ou quase-predicativas; 2º) partículas com dupla função: ao mesmo tempo em que expressam uma formulação subjetiva do locutor, podem surgir dentro do enunciado, constituindo um prolongamento da predicação; 3º) partículas formulativas por excelência.²⁷
 - b - inflexíveis, que se subdividem em:
 - causais: partículas que se ligam aos lexêmicos, marcando os casos;

- **conectivas:** as que apenas servem de elo entre um termo lexi-gramêmico e outro, ou entre orações;
- **formativas:** como as partículas formativas flexíveis acima, expressam a maneira como o locutor vê ou considera o fato a ser enunciado. Compreendem as partículas formativas propriamente ditas e as enfáticas. Aquelas, são usadas no fim da oração e denotam a maneira do locutor dirigir a sua mensagem ao interlocutor; estas, são as que marcam a ênfase ou reforço que o emissor dá a determinado termo do seu enunciado, podendo, portanto, aparecer ainda dentro do dictum.

É muito difícil, senão impossível, caracterizar tipologicamente a estrutura de uma língua como uma única, uma vez que nenhuma delas constitui um sistema único e absoluto — cada sistema pode realizar várias possibilidades combinatórias, simultaneamente. Nesse sentido, a língua japonesa é uma língua predominantemente aglutinante, embora seja também flexional e em menor escala, isolante. O seu caráter mais aglutinante marca a sua estrutura lingüística como sendo eminentemente sintagmática.

O sintagma japonês é formado, via de regra, por um conjunto de lexema + gramema. Destarte, quando ocorre um termo lexêmico, este deverá se fazer acompanhar por um gramêmico, enquanto um termo lexi-gramêmico poderá ou não ser associado a um gramêmico, já que possui em si um gramema. Podem ocorrer, extraordinariamente, sintagmas com gramema 0, mas nunca o contrário.

Exemplificando, essa estruturação se dá da seguinte forma:

CHÔJÔ-MO YAGATE KIRI-NI ÔWA-RE DASHI-TA.²⁵

Nesta frase, temos os seguintes elementos:

- 1 - os lexêmicos: CHÔJÔ = "pico"
KIRI = "neblina"
- 2 - os lexi-gramêmicos:
 - a - advérbio: YAGATE = "logo"
 - b - predicativos: ÔWA = "cobrir"
DASHI = "começar a" (predicativo auxiliar incoativo)
- 3 - os gramêmicos:
 - a - partícula causal: NI — indicativa de agente da passiva
 - b - partículas formativas: RE — indicativa de voz passiva
TA — indicativa de ação conclusa
 - c - partícula enfática: MO = "também"

Os lexêmicos CHÔJÔ e KIRI (substantivos) são invariáveis, não comportam gênero nem número e são apenas a expressão dos conceitos "pico" e "neblina". Formam sintagmas com a coadjuvação de partículas inflexíveis. MO é uma partícula enfática, não determinando em si, nenhuma função sintática, mas apenas a ênfase que o emissor dá ao termo CHÔJÔ. Normalmente, as enfáticas acompanham as partículas casuais, salvo os casos de sujeito e de objeto direto, quando as substituem: é o que se verifica nesse caso, o MO substituindo a partícula casual nominativa GA. Temos o conjunto CHÔJÔ + MO (lexema + gramema) formando o sintagma nominal de função subjetiva. O outro sintagma nominal é formado por KIRI + NI (lexema + gramema), em que este é a marca do agente da passiva, resultando o sintagma com função de agente da passiva.

O último inflexível do enunciado é o termo YAGATE, um lexi-gramêmico com noção de "logo, breve espaço de tempo" e função adverbial recaindo sobre a ação de "cobrir", expressa por ÔWA (RE).

Todos os demais termos são flexíveis. Como já foi visto, toda flexão em língua japonesa é de ordem sintagmática, determinada pelo termo subsequente.

Desta forma, temos o bloco ÔWA-RE-DASHI-TA, de termos flexíveis,

onde: ÔWA (predicativo ÔU) está flexionado na forma 1, regida por RE;

RE — na forma 2, regida por DASHI;

DASHI (incoativo DASU) — na forma 2, regida por TA;

e TA — na forma 3, ou forma terminativa, isto é, a forma com que se termina um enunciado.

A rigor, CHÔJÔ-MO YAGATE KIRI-NI ÔWA deveria compor todo o dictum, em que o emissor destaca o termo CHÔJÔ (= pico), justapondo-lhe a partícula enfática MO (= também). Mas sua estrutura é incompleta à medida em que se tem o agente da passiva KIRI-NI, sem nenhuma ação expressa em voz passiva. Somente com a coadjuvação da partícula formativa de voz passiva -RE ao predicativo, é que temos a complementação do dictum. A partícula -RE, ao mesmo tempo em que faz parte da predicação, não deixa de ser expressão da formulação subjetiva do emissor, na medida em que se tem o fato da "neblina cobrir o pico" sendo expresso com enfoque em "pico", donde a estrutura CHÔJÔ-MO KIRI-NI ÔWARE (= o pico também ser coberto pela neblina). Trata-se justamente, de partícula formativa do 1º grupo, já vista anteriormente.²⁹

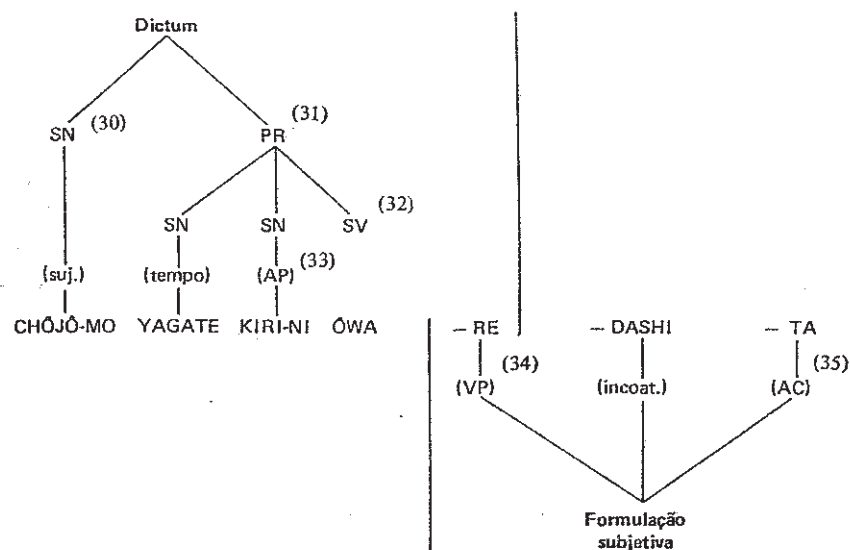
Ao fato objetivamente colocado — o pico também logo ser coberto pela neblina — o emissor acrescenta a formulação que tem a esse respeito: o aspecto incoativo, expresso por DASHI, e o de ação conclusa, expresso por TA.

Com esses dois últimos elementos, o emissor complementa a sua mensagem, dando por concluída a ação de "começar a", que por sua vez dá início à ação de "ser coberto".

endo como base as considerações acima, acerca dos elementos e de sua função no continuum frástico, a frase tomada como modelo de análise, corresponde, em português, a:

Também o pico logo começou a ser coberto pela neblina.

A frase em japonês comporta o seguinte esquema:



O que, antes de mais nada, se percebe, é a marca divisória relativamente clara que se pode estabelecer entre o dictum e a formulação subjetiva do continuum frástico.

Dentro do dictum, tem-se o encadear dos elementos necessários para a apresentação do fato a ser comunicado, de tal forma que vão sendo preparados (por partículas, flexões ou pela própria natureza do termo) para desembocar na predicação.

É mais ou menos como se numa sala de aula, o professor dissesse a três alunos que pegassem: um, o lápis e o papel, o outro, o livro de textos, e o último, um dicionário, sem que eles soubessem para que finalidade. Mas, pelos materiais com que tiveram que se munir, eles podem detectar que terão que procurar qualquer coisa no dicionário e anotar em seguida. Só quando o professor der a palavra final (procurar o sentido de todos os verbos do texto X, por exemplo), é que os alunos saberão para que foram chamados e com que funções. Da mesma forma, a predicação expressa no fim do dictum, arremata todos os elementos anteriormente expostos, concatenando-os. Até então, o que se tem é a apresentação dos componentes do relato, já engatilhados porém ainda não perfeitos.

Feito o relato do fato em si, o enunciador expõe a visão que tem a respeito. Nessa exposição, ele parte do mais objetivo ao mais subjetivo, como o é a própria estruturação da frase japonesa, na medida em que se tem inicialmente a exposição de um fato (objetivo), e posteriormente, as implicações e visões particulares do emissor da mensagem (subjetivo) em relação ao fato exposto.

Nessa medida, vale a pena retomar a classificação das partículas formulaivas apresentada à página 9, já que, complementando, as do 1º grupo precedem as do 2º, e as do 2º, por sua vez, as do 3º, na seqüência sintagmática. Se as do 1º grupo são mais flexionais e têm maior força predicativa, são mais objetivas, justificando a sua anteposição em relação às do 2º grupo, da mesma maneira que essas em relação às do 3º.

A gradação prossegue até se chegar às partículas formulaivas inflexíveis, que exprimem a atitude do emissor da mensagem para com o seu receptor. São as partículas utilizadas pelo locutor para revestir a sua mensagem com formas de tratamento, no envio dela ao seu interlocutor, sendo portanto, de uso da linguagem falada. Agem fora do dictum e em direção ao receptor, expressando a intimidade, a parcimônia, a raiva, o carinho, que o locutor nutre por ele. Nesse aspecto, é uma das formulações mais subjetivas que se tem.

Uma ressalva terá de ser feita às partículas enfáticas inflexíveis. Apesar de serem subjetivas e formulaivas, porque expressam o peso dado pelo emissor a este ou àquele determinado elemento do dictum, não se enfileiram junto às demais partículas de formulação subjetiva. Aparecem dentro do próprio dictum, junto ao termo que expressa a realidade à qual o sujeito do enunciado quer dar a ênfase. Isso porque, enquanto as demais partículas são marcas da visão crítica que o emissor tem a respeito de todo o fato sobre o qual se expressa, estas têm a força de colocar em destaque apenas um de seus fatores.

Assim se configura, de um modo bastante genérico, a estrutura frástica japonesa: inicia-se com a exposição do fato, que parte da apresentação e encadear dos elementos que o compõem até o primeiro arremate obtido pela predicação; passa-se à maneira como o emissor vê e interpreta o fato colocado, partindo do mais objetivo ao mais subjetivo e termina com o modo do emissor dirigir a mensagem, revestindo-a ou não com formas de tratamento.

NOTAS

1 - Cf. Shirô Hattori, *Nihongo-no Keitô*, Tóquio, 1970, p. 20.

2 - Cf. Hattori, pp. 20-21.

3 - Bertil Malmberg, *A Língua e o Homem*, Rio de Janeiro, 1976, p.143.

4 - Cf. Hattori, p.36.

5 - Idem, p. 96.

- 6 – Idem, p.40.
- 7 – Idem, p.41.a
- 8 – Idem, p.257..
- 9 – Idem, p. 258.
- 10 – Ver p. 80
- 11 – Cf. Bernardo Pottier, *Linguistique Générale*, Paris, 1974, p.68.
- 12 – Refere-se a partículas enfáticas (ver p. 84).
- 13 – Ver p. 84.
- 14 – Cf. Hattori, p.263.
- 15 – Ver partícula casual, p. 83.
- 16 – Os verbos, que denominaremos “predicativos”, no presente trabalho, não têm pessoa, número, tempo e modo. Ver “predicativos”, nota (21).
- 17 – Ver nota (16).
- 18 – Cf. Hattori, p.267.
- 19 – Idem, p.268.
- 20 – Idem, p.260.
- 21 – Entende-se por predicativos, os termos variáveis que se referem a ação ou qualidade. São muitas vezes equiparados aos verbos e aos adjetivos, respectivamente, mas preferimos considerá-los sob a mesma denominação de predicativos, visto que ambos têm força predicativa e desempenham funções idênticas, conforme o lugar que ocupar na cadeia frástica. Diferem apenas na forma de flexão e por exprimirem, ou qualidade ou ação.
- 22 – Ver p. 83.
- 23 – Ver partícula formulativa inflexível, p. 83.
- 24 – Cf. *Nihongo-no Keitô to Rekishi*, da Col. Iwanami – Nihongo, vol.12, Tóquio, 1978, p.37.
- 25 – Ver nota (21).
- 26 – Ver p. 81, item 9.
- 27 – Cf. Minoru Watanabe, *Kokugo Kôbunron*, Tóquio, 1971, p.133.
- 28 – Extraído do conto “Tanima-nite” (Pelo vale), da autoria de Morio Kita.

- 29 – Ver p. 83.
- 30 – SN = sintagma nominal.
- 31 – PR = predicado
- 32 – SV = sintagma verbal
- 33 – AP = agente da passiva
- 34 – VP = voz passiva
- 35 – AC = ação conclusa

BIBLIOGRAFIA

- BENVENISTE, Emile. *Problèmes de Linguistique Générale (I)*, Paris, Gallimard, 1966.
- HATTORI, Shirô. *Nihongo-no Keitô* (Família Linguística do Japonês), Tóquio, Iwanamishoten, 1970 – 7ª ed.
- KAZAMA, Kiyozô et al. *Iwanami Kôza: Nihongo 12, Nihongo-no Keitô to Rekishi* (Col. Iwanami: Língua Japonesa – vol. 12, Família Linguística do Japonês e sua História), Tóquio, Iwanamishoten, 1978.
- KIEDA, Masuichi. *Kôtô Kokubunpô Shinkô, Hinshihen* (Nova Gramática Japonesa: Categorias Gramaticais), Tóquio e Osaka, Tôyôtocho, 1942.
- KITAHARA, Yasuo. *Bun-no Kôzô*, in *Iwanami Kôza: Nihongo 6, Bunpô I* (Estrutura Frasal, em Col. Iwanami: Língua Japonesa – vol. 6, Gramática I), Tóquio, Iwanamishoten, 1976.
- MALMBERG, Bertil. *A Língua e o Homem*, Rio de Janeiro, Livraria Duas Cidades, 1976.
- MALMBERG, Bertil. *As Novas Tendências da Linguística*, São Paulo, Editora Nacional, 1974.
- MIYAJI, Yutaka. *Jodôshi-towa Nanika*, in *Hinshibetsu Nihon Bunpô Kôza 7: Jodôshi I* (O que se entende por Jodôshi, em Col. Gramática Japonesa por Categorias Gramaticais – vol. 7, Jodôshi I), Tóquio, Meijishoin, 1972.
- ÔNO, Susumu et al. *Iwanami Kôza: Nihongo 7, Bunpô II* (Col. Iwanami: Língua Japonesa – vol. 7, Gramática II), Tóquio, Iwanamishoten, 1978 – 2ª ed.
- POTTIER, Bernard. *Linguistique Générale, Théorie et Description*, Paris, Klincksieck, 1974.
- POTTIER, Bernard et al. *Estruturas Linguísticas do Português*, São Paulo e Rio de Janeiro, DIFEL, 1975 – 3ª ed.
- SAPIR, Edward. *A Linguagem. Introdução ao Estudo da Fala*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1971.
- SATÔ, Sâkiko. *Shûjoshi to Kantôjoshi*, in *Hinshibetsu Nihon Bunpô Kôza 9: Joshi (Shûjoshi e Kantôjoshi)*, em Col. Gramática Japonesa por Categorias Gramaticais – vol. 9, Joshi), Tóquio, Meijishoin, 1973.
- TOKIEDA, Motoki. *Kokugogaku Genron* (Princípios da Gramática Japonesa), Tóquio, Iwanamishoten, 1969 – 25ª ed.
- WATANABE, Minoru. *Kokugo Bunpôron* (Gramática Japonesa), Tóquio, Chikumashobô, 1978 – 3ª ed.
- WATANABE, Minoru. *Kokugo Kôbunron* (Sintaxe da Gramática Japonesa), Tóquio, Hanawashobô, 1971.